

No jogo do Congresso, o toque de malícia

CRISTIANA LOBO

BRASÍLIA — Para ganhar uma batalha no Congresso Nacional não basta ser maioria. Como no futebol, a equipe deve ter bom técnico, marcar em cima os passos do adversário e, naturalmente, jogar unida. Isso porque o Regimento Interno do Congresso — o chamado Regimento Comum, com as “regras do jogo” — permite armadilhas que podem dar vitória à minoria, as chamadas manobras regimentais. Mais rápida e entrosada, a Oposição quase contabiliza semana passada a segunda vitória sobre o Governo, que tinha comprovadamente em plenário mais da metade dos votos.

Esse Regimento aprovado em 1970, após a Constituição de 1969, é considerado muito bom, tanto pelo Governo quanto pela Oposição, mas — os dois lados também reconhecem — está defasado em alguns pontos, pois é do tempo em que existiam apenas dois partidos e não havia votação eletrônica.

Por exemplo: ele prevê que pedidos de verificação de votação (para comprovar que existe número suficiente de parlamentares em plenário) só podem ser feitos após intervalos de uma hora. Foi usando corretamente esse trunfo que o Governo aprovou sem alterações a Medida Provisória 168. Há 15 dias, foi a vez de a Oposição experimentar a vitória, mesmo sendo minoria.

Longe de ser uma estratégia para dar chances à minoria, esse dispositivo tem explicação. Quando foi elaborado o Regimento, não existia o painel eletrônico no plenário — instalado somente em 1987, para a Assembleia Nacional Constituinte. O dispositivo foi incluído para impedir a obstrução da sessão com pedidos sucessivos de verificação de quorum, o que era feito através de chamada nominal de cada um dos congressistas. Isso demorava quase uma hora. E, em votações polêmicas, é comum que uma das partes peça destaque para votação em separado — ou seja, para que se vote artigo por artigo do projeto. As sessões, então, eram intermináveis e permitiam a uma das partes vencer a outra pelo cansaço.

Para derrotar a maioria, a Oposição tem que ser ágil. O Governo, hoje, tem o apoio da maioria dos Deputados e Senadores — mas não pode se permitir enfrentar uma votação simbólica (em que valem só os votos dos líderes) porque, sendo assim, o Senador Ronan Tito, no Senado e o Deputado Ibsen Pinheiro, na Câmara, falam em nome da bancada total do PMDB — ainda o maior partido brasileiro. E o Governo precisa de exatos 40 votos dos peemedebistas para consolidar sua maioria.

Numa votação importante para o Governo, seus líderes devem estar — e nem sempre estão — atentos a isso: não permitir a votação simbólica em projetos importantes. Mas ela acontece de forma automática. Quando coloca o projeto em votação, o Presidente da sessão diz:

“Em votação o projeto. Os deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram”. No mesmo fôlego, o Presidente determina: “Aprovado. O projeto vai à apreciação do Senado”.

Neste momento, um aliado do Governo tem de dizer:

— Peço verificação de votação, senhor Presidente.

Semana passada, por exemplo, na votação de Medida 185, o Governo se preparou para solicitar verificação de quorum. O PT e o PDT apresentaram requerimento à Mesa pedindo a inversão da pauta. A norma diz que se o requerimento for aprovado por unanimidade pelos líderes ele não é submetido à votação. O Governo, então, mesmo querendo manter a ordem original de votação (analisando primeiro o projeto de conversão, que pretendia derrotar para em seguida aprovar a Medida na versão original do Palácio do Planalto) concordou com a Oposição para que não houvesse, naquele momento, votação nominal (trunfo que queria guardar para a votação mais importante do dia). Lá de trás do plenário, veio correndo o líder do PSDB, Deputado Euclides Scalco, e deu um sonoro “não” no microfone de apertados. Sem o consenso dos líderes, o requerimento foi, então, à votação nominal. Era uma armadilha para a votação. Scalco tinha combinado antes com o PT e o PDT que “discordaria” deles.

A partir daí, começou a estratégia do Governo. A ordem era obstruir (atrasar ao máximo o andamento da sessão) para vencer o prazo de uma hora e, então, poder fazer novo pedido de verificação de votação. Num caso destes, a cada momento deve estar a postos um aliado do Governo no microfone:

— Senhor presidente, pela ordem.

O parlamentar, ao pedir a palavra “pela ordem” tem prioridade para interromper a sessão: para obstruir, ele faz perguntas, critica uma coisa ou outra, enfim, enrola tanto quanto permitir o Presidente da sessão. O Regimento prevê que cada líder fale 20 minutos para encaminhar a votação — explicar o seu voto.

A mais clássica das obstruções de uma sessão é fazê-la acabar pela falta de quorum. Esta é a tática preferida pela minoria, que dessa forma obriga a maioria a uma monumental mobilização para levar todos os seus parlamentares a Brasília — e os votos governistas são geralmente muito preguiçosos.

